



## **Comunicação e desenvolvimento: uma análise sobre o Programa Sociedade Convergente no Rio Grande do Sul, Brasil<sup>1</sup>**

Marcela Guimarães e SILVA<sup>2</sup>  
Marcos Paulo Dhein GRIEBELER<sup>3</sup>  
Tiago Costa MARTINS<sup>4</sup>

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – UNIJUÍ

### **Resumo:**

O objetivo deste ensaio é apresentar e analisar a metodologia e prática do programa político da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, intitulado “Sociedade Convergente” (2008), sob a perspectiva da comunicação social e das relações com os públicos. Sendo assim, através dos procedimentos realizados na tentativa de consolidar o programa como um efetivo fórum de discussão popular com vista ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, a comunicação pode ser compreendida como um processo de apoio ao desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Relações Públicas; Assembleia Legislativa; comunicação pública.

### **1. Introdução**

Muito se tem propalado sobre a intenção de oferecer melhores condições de vida às populações de um determinado País, Estado e/ou Município, ou como é possível caracterizar, à sociedade. São estratégias da iniciativa privada ou então, viabilizadas pelas políticas públicas dos governos em suas diversas instâncias. Neste último, o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul destaca-se pela apresentação de diversos projetos relacionados ao tema que possuem em seu âmago o objetivo de desenvolver o Estado em sua totalidade. Tanto os de caráter específico e momentâneo como o “Pacto pelo Rio Grande” e o “Rumos 2015”, quanto os de caráter abrangente e contínuo, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania – GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: [marcelasilva@unipampa.edu.br](mailto:marcelasilva@unipampa.edu.br)

<sup>3</sup> Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – UNIJUÍ e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: [marcos.dhein@unijui.edu.br](mailto:marcos.dhein@unijui.edu.br)

<sup>4</sup> Professor da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: [tiagomartins@unipampa.edu.br](mailto:tiagomartins@unipampa.edu.br)

<sup>5</sup> Os COREDES foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994 e constituem-se de um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional (SEPLAG, 2010).



Em todas as propostas percebe-se a perspectiva de trazer à tona o debate sobre o desenvolvimento em suas diferentes concepções. Ora enfatizando as finanças públicas, e/ou as estratégias regionais, ora conclamando a população para participação no debate e no, posterior, empoderamento das políticas públicas, esses projetos justificam-se como um elo entre o poder público e a sociedade.

Em 2008 a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul criou o programa Sociedade Convergente – Fórum de Desenvolvimento Regional. Segundo definia o programa, a “Assembleia Legislativa tem o dever de pensar organizadamente o futuro da sociedade. Ela deve desenhar o Estado para que alguém o governe” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2010). Nesta proposta, o parlamentar (deputado estadual) é um formulador político e é no ambiente do Parlamento que deve ser articulado, debatido e experimentado as melhores possibilidades para os cidadãos.

Nesse sentido, o “Sociedade Convergente” foi um fórum regional criado no ano de 2008, na tentativa de fomentar a participação da população do Rio Grande do Sul no debate em prol ao desenvolvimento do Estado. Foi promovido em 09 cidades gaúchas, com a realização de 27 assembleias regionais.

O fórum regional, no seu âmbito estadual sugeriu que a “Assembleia Legislativa deve trabalhar junto aos meios de comunicação as políticas exitosas, e mostrar exemplos bem-sucedidos, independentemente da coloração política”, visando “resgatar a autoestima da cidadania” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2010).

A situação referida pela Assembleia salienta que se o programa criado, a princípio, pelos deputados estaduais é um elo entre o poder público e a sociedade, a consolidação deste elo passa pela utilização de estratégias e ferramentas de articulação dessa relação: a comunicação. Além da informação para a participação popular, torna-se necessário a comunicação para a consolidação de um fórum de debates, num fluxo equitativo entre poder público e sociedade.

A proposta desse ensaio é expor e confrontar a metodologia e prática do programa “Sociedade Convergente” sob a perspectiva da comunicação social, especialmente no que tange as relações com os públicos. Visa analisar a comunicação como um processo de apoio ao desenvolvimento, através dos procedimentos realizados na tentativa de consolidar o programa, à época, como um efetivo fórum de discussão popular com vista ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul.



Inserido numa discussão teórica mais ampla o programa “Sociedade Convergente” é representativo na compreensão das relações teóricas e práticas que envolvem a comunicação e o desenvolvimento. Para tal proposta, este ensaio, primeiramente, realizou uma revisão da literatura que envolve a comunicação e o desenvolvimento. Após, apresenta-se as ações de relações públicas condizentes com a proposta do programa. Posteriormente fez-se uma análise dos objetivos e da metodologia do “Sociedade Convergente”. E por fim uma reflexão sobre as estratégias de comunicação utilizadas pelo programa na tentativa de consolidar o fórum como um campo de debate para o desenvolvimento.

## 2. Comunicação e Desenvolvimento

Um estudo da relação entre comunicação e desenvolvimento pode ser focado num ponto peculiar: a diversidade de significados atribuída a cada termo, numa transformação muito mais constante do que quaisquer outras definições que a realidade social produzira nas últimas três décadas.

O caráter dinâmico, de conceito e de aplicação, conferido ao desenvolvimento e a comunicação encontra na América Latina um território exponencial de proposição dessa relação. O Prof. Dr. Daniel Castillo em palestra no Seminário “*Comunicación y desarrollo: encuentros desde la diversidad*” (MENDOZA, 2007) sugere uma polarização a partir da Segunda Guerra Mundial. De uma parte, o convite ao progresso via conhecimento, técnica e ciência e de outra, uma aglomeração de armas capazes de aniquilar o planeta. “*En esa tensión entre la acechanza suprema y la utopia científico-técnica, que no ha desaparecido hasta ahora, se abrieron para nuestros países de América Latina las puertas de la comunicación para el desarrollo*” (CASTILLO, 2007, p. 03).

É possível inferir, assim, que a comunicação sempre foi preponderante às propostas de desenvolvimento latino-americanas. O modelo ocidental de desenvolvimento, por exemplo, trouxe em seu bojo a exigência de que as comunidades e sociedades dos países em desenvolvimento deveriam replicar o modelo compreendido como mais exitoso pelos países desenvolvidos. Desta maneira, a comunicação foi considerada fundamental para a “evolução” necessária aos subdesenvolvidos. Por sua abrangência massiva e seus diversos recursos de penetração e convencimento, as empresas jornalísticas e as emissoras de rádio e televisão tiveram a “função” de



transmitir uma nova realidade, supostamente possível e desejável a todos as audiências (ORTIZ, 2006).

No entanto, a expansão capitalista provou ser de pífio efeito favorável ao “terceiro mundo”. Novas propostas de desenvolvimento começaram a ser estudadas e aplicadas: humano, sustentável, territorial, regional. A consideração do desenvolvimento através de outros matizes representa uma busca de qualidade de vida, sob a ótica social, melhor distribuição de renda, na visão econômica, e diminuição das disparidades intra e inter-regional.

Neste ponto, novamente a comunicação relaciona-se com o desenvolvimento. Até então o processo “exógeno” era o objeto de transmissão e convencimento. Porém, em algumas situações o “endógeno” passa a ser valorizado e apresentado por meio de uma comunicação para o desenvolvimento democrático. Busca-se a valorização do humano, a inserção cultural, a participação cidadã.

A América Latina tornou-se peculiar nas ações que ora envolviam o desenvolvimento e ora tratavam da comunicação com vista ao desenvolvimento. No que compete à segunda situação,

*“durante casi 45 años Latinoamérica ha sido notablemente activa, imaginativa y productiva en tratar de poner la comunicación al servicio del desarrollo. Empezó a utilizar la comunicación para el desarrollo mucho antes de que se hubieran propuesto teorías para ello e incluso cuando la denominación misma no existía aún”* (BELTRÁN, 1993, p.02).

Isso sugere dispor a relação comunicação/desenvolvimento, como destaca Beltrán (1993), sob três categorias: (i) comunicação do desenvolvimento; (ii) comunicação de apoio ao desenvolvimento; e a (iii) comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático.

O primeiro ponto destaca as ações voltadas à ideia de modernização *versus* tradição. Os meios de comunicação teriam função preponderante na criação de um ambiente profícuo para a mudança das sociedades. A ação dos meios como forma indispensável para o progresso técnico e o crescimento econômico (BELTRÁN, 1993, p.01).

A comunicação de apoio ao desenvolvimento remete às atividades de comunicação integrada que podem ser planejadas em apoio às instituições que fomentam as diversas formas de desenvolvimento. As ações de relações públicas em



governos, ONGs, fundações, por exemplo, dão conta da comunicação em apoio ao desenvolvimento.

Por fim, tem-se a comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático. Essa categoria remete a noção de que,

*“al expandir y equilibrar el acceso y la participación de la gente en el proceso de comunicación, tanto a niveles de medios masivos como a los interpersonales de base, el desarrollo debe asegurar, además de beneficios materiales, la justicia social, la libertad para todos y el gobierno de la mayoría”* (BELTRÁN, 1993, p. 01).

As três categorias são suficientes para apresentar a relação comunicação/desenvolvimento. No entanto, para efeito de análise, pensa-se que a comunicação em apoio ao desenvolvimento (ii) pode flutuar em aplicação tanto na primeira quanto na terceira categoria. A comunicação planejada pode auxiliar as ações de instituições para o progresso técnico ou ao crescimento econômico como também pode ser aplicada para uma ação mais democrática do desenvolvimento, por meio de uma comunicação alternativa.

Castillo (2007) cita sete consequências para a prática da comunicação para o desenvolvimento:

*“1. El protagonismo institucional. El modelo acentuaba el papel del emisor en el proceso, venía a legitimar la emisión privilegiada: la sociedad dividida entre emisores y receptores; 2. La reducción de lo comunicacional a medios; 3. El énfasis en lo comunicacional en el trabajo con el público a transformar, sin una toma de conciencia de los problemas de la comunicación interna de la propia organización y de la comunicación interinstitucional; 4. La especialización del trabajo comunicacional, como labor de unos pocos en las instituciones; 5. El privilegiamiento de la fuente emisora llevaba a una confianza excesiva en el poder de los mensajes para cambiar conductas o para transferir tecnologías; 6. La preeminencia del modelo clásico implicaba un pobre conocimiento de las características de los destinatarios; 7. Consecuencia final lo comunicacional ligado a impactos sin relación con lo cultural”* (CASTILLO, 2007, p.05).

A supervalorização do meio, de comunicação, denunciou por um lado a ênfase desenfreada na implementação destes como forma de buscar a “modernidade” das sociedades e, por outro, a institucionalização dos meios fora do contexto social de cada país latino americano. Uma das consequências sugere que “a noção de modernidade está ‘fora de lugar’ na medida em que o Modernismo ocorre (...) sem modernização” (ORTIZ, 2006, p. 33).

Por outro lado, é possível perceber a comunicação como ferramenta para uma comunicação mais cidadã, destacando que a perspectiva do desenvolvimento volta-se



para outras áreas: sustentabilidade, qualidade de vida, entre outros. Brandão (2007), inserindo a proposta da comunicação pública, afirma que esta deve ser entendida “como um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com informação voltada para a cidadania” (BRANDÃO, 2007, p. 05).

Pelo viés do desenvolvimento é oportuno pensar a comunicação pública como um processo efetivo de troca de informação. Viabilizar a “comunicação exige informação, mas também credibilidade dos interlocutores, meios e instrumentos adequados, valorização do conhecimento dos sujeitos, facilidade de acesso e uma pedagogia voltada para quem possui mais dificuldades” (DUARTE, 2007, p. 64).

A base está num relacionamento regido pela ética e transparência entre os públicos. Conceitos que conferem a característica atual do desenvolvimento, bem como sua relação com a comunicação voltada ao cidadão.

“Comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável. Portanto, um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas”. (DUARTE, 2007, p.61)

Ações e estratégias de desenvolvimento e cidadania remetem a um processo de relacionamento e isso requer a comunicação como uma via de duas mãos, onde todos tenham direito de voz e de serem ouvidos. Escutar as necessidades dos cidadãos, assim como mensurar as necessidades e propor ações que as supram, é primordial para que a verdadeira comunicação pública aconteça.

“Um processo de comunicação orientado pela escuta ativa dos gestores gera conhecimento próximo da realidade que qualifica os padrões de decisão, reduz gastos e aumenta a eficiência da comunicação entre os envolvidos. Ouvir os interessados dá a dimensão e a compreensão de necessidades, expectativas, interesses, crenças e atitudes específicas dos grupos-alvo da comunicação, permitindo incorporar a opinião dos interessados aos programas nos quais estão envolvidos, lidar com aqueles que têm conhecimento e interesses diferentes do nosso e ampliar suas perspectivas” (DUARTE, 2007, p.68).

Percebe-se que por em prática a comunicação como via de duas mãos não só compreende as expectativas dos interessados, como também reduz gastos e aumenta a eficiência da comunicação. Essa forma estratégica de utilizar a comunicação para uma



eficaz relação com os públicos deveria, segundo Duarte (2007), fazer parte integrante de qualquer projeto ou política pública. Em grande medida,

“para existir bom nível funcional de relações públicas, deve existir, entre a organização e seus públicos um sistema que permita a fluência de informações nos dois sentidos, tanto de ida como de volta. A existência desse “canal” conduziria, de modo contínuo e desimpedido, a palavra dos públicos para junto do poder de decisão e deste para os públicos” (SIMÕES, 1995, p. 87).

A partir do momento em que a prática comunicacional está enfocada no fomento da cidadania, uso da informação transparente e de qualidade é possível percebê-la como via de duas mãos. Logo, o cidadão que é o principal foco, passa a compreender as ações que foram projetadas para atender as suas necessidades, evidenciando um fluxo comunicacional otimizado no relacionamento entre públicos.

### **3. Relações públicas governamentais estratégicas**

Nesse cenário em que a comunicação configura-se em apoio ao desenvolvimento, é possível lançar mão das relações públicas, como aquela responsável por intermediar os interesses dos públicos, segmentos ou grupos sociais organizados. As relações públicas nessa perspectiva não se limitam a técnicas, instrumentos ou ferramentas, mas constituem-se em um processo de reconhecimento da realidade, para a articulação de interesses, com vistas à transformação social.

De acordo com Salgado (2011) para os governantes a aceitação das relações públicas “é ponto fundamental para uma sólida política de relacionamento, que deve traduzir a informação total e irrestrita, buscando a participação, a cooperação e o apoio de cidadãos e contribuintes aos programas do governo” (*in* FARIAS, 2011, p. 257). O autor ressalta ainda que esse processo, na essência, é “o objetivo e a finalidade maior das relações públicas: mais que informar, obter a compreensão, a aquiescência e o apoio dos públicos” (2011, p. 257).

Waldemar Kunsch elenca alguns aspectos a serem pensados quanto se trata das relações públicas comunitárias, dentre os quais se destaca o que se refere a posição do governo em relação a participação dos grupos sociais na construção de novos projetos:



“O trabalho de relações públicas comunitária envolve iniciativas de mobilização social em busca da co-responsabilidade. Para tanto, fazem necessários projeto abertos, multidirecionais, participativos e democráticos, sem abrir mão do planejamento como meio de coordenar e organizar as iniciativas” (p.72).

Com isso, as relações públicas passam a atuar como “canal” do processo comunicativo e de organização social através de atividades que desenvolve. E o autor ainda menciona que essas relações públicas devem ser de mão dupla, em todo o processo comunicativo.

“até mais ou menos dez anos relações públicas eram concebidas teoricamente e praticas majoritariamente enquanto um instrumental a serviço do capital, dos governos e da hegemonia das classes dominantes. Mas, a sociedade é dinâmica, e acompanhando as mudanças veem ocorrendo no interior da sociedade brasileira, às relações públicas também chegou a vez de se deixarem mudar. Hoje, teórica e praticamente, é possível falar de relações públicas populares, comunitárias, orgânicas às classes subalternas. Ou seja, um trabalho de relações públicas comprometido com o interesse dos segmentos sociais subalternos organizados, ou, num sentido mais amplo, com o interesse do público (PERUZZO, 1993, p. 125).

Nesse sentido mais que uma função as relações públicas se tornam uma metodologia para a transformação social a partir da mobilização e participação da população. Ou seja, passam a ser um “suporte”, e também “intermediário” na relação de interesses dos grupos envolvidos, de um lado o governo que busca a adesão e a participação popular para referendar suas decisões, e, principalmente embasar seus planejamentos e de outro a população que realmente reconhece e identifica quais são suas demandas, e o que esperam da administração pública.

De acordo com CÉSAR (1999) “as relações públicas comunitárias buscam o estabelecimento de canais verdadeiros de integração, onde o público seja realmente cidadão da comunicação” (p. 71). Assim, as relações públicas se inserem na realidade tornando-se o processo e oportunizando os espaços de participação da população no processo de desenvolvimento.

O Programa “Sociedade Convergente” tentou constituir-se como um processo participativo e democrático envolvendo as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população do Estado. Foi um processo construído através de métodos e estratégias participativas que buscaram viabilizar a participação dos atores sociais que expressavam seus reais interesses e necessidades,





com isso buscava-se assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania, tendo como aporte as relações públicas em apoio ao desenvolvimento.

Ainda no caso do Programa “Sociedade Convergente” as relações públicas podem ser entendidas como mediadora do processo comunicativo, através da qual se buscou o engajamento da população e também a identificação da realidade dessa população a suas reais necessidades.

Com relação a ações governamentais Salgado (2011) salienta que,

Numa visão democrática e cidadã, qualquer iniciativa governamental, em nível de projetos político-administrativos, deve prever, fundamentalmente, o apoio de um programa técnico, consubstanciado na própria obra e orientado pelos princípios da administração e relações públicas, como objetivo de comunicar, estabelecer, educar e conscientizar aos cidadãos/contribuintes, torando-os, também, partícipes da obra governamental (SALGADO *in* FARIAS, 2011, p. 247).

Destarte, está nessa condição e especial relação entre comunicação, relações públicas e desenvolvimento o enfoque comunicacional de relacionamento dado ao Programa “Sociedade Convergente”.

#### **4. O Programa “Sociedade Convergente”**

A participação das pessoas nos processos decisórios além de ser considerada como uma força de poder vigente e fundamental para o bom funcionamento da sociedade consiste também em um elemento crucial quando se faz necessário definir prioridades que atendam as suas expectativas (FERREIRA, 2001). Todavia, entende-se que é uma função extremamente difícil fazer com que a população possa realmente acreditar nas propostas desenvolvidas por agentes representativos, dada a notória percepção que muitos possuem como sendo um mero mecanismo para a obtenção de votos futuros (GARCIA, 1999, p. 02).

Entretanto, no caso do Rio Grande do Sul, conforme mencionados anteriormente, vários são os intuitos constituídos em forma de “programas” que objetivaram, pelo menos em termos estratégicos, oferecer mecanismos que viabilizem o desenvolvimento da população rio-grandense. Nesse íterim, o Programa Sociedade Convergente foi criado em 2008, na gestão do Presidente da Assembleia Legislativa Alceu Moreira. O programa foi estruturado em eixos distintos, sendo que a base compreendia os (a)



serviços públicos, viabilizados por suas estruturas e seus meios, além da (b) infraestrutura existente no Estado, o que acabaria por fomentar o (c) desenvolvimento econômico e social de toda sua (d) planta social, proporcionando desta forma, sua dignidade e melhoria em sua qualidade de vida. Desta forma, na sequência busca-se melhor caracterizar como se apresenta o referido programa, foco deste artigo.

A fim de estruturar o Programa Sociedade Convergente salienta-se que não somente de serviços, infraestrutura e boas intenções consistiu tal projeto. As políticas educacionais, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento econômico do Estado, o desenvolvimento humano da população e a formulação, análise e implementação de políticas de gestão pública no Estado foram os indicadores considerados na formulação das propostas do projeto.

A tentativa do presidente da Assembleia Legislativa foi aumentar a participação popular, a fim de discutir e decidir o futuro da sociedade rio-grandense por meio da coletividade. Junto a isso, identificar os problemas sociais e econômicos por intermédio da contribuição das representações sociais, com base em avaliações e/ou controles dos resultados que dizem respeito ao orçamento do Estado, bem como as causas do seu endividamento. Nesse sentido, com o intuito de verificar sua estruturação tática, a seguir, busca-se expor a maneira propositiva de funcionamento do programa em questão.

## **5. O funcionamento do Programa Sociedade Convergente (PSC)**

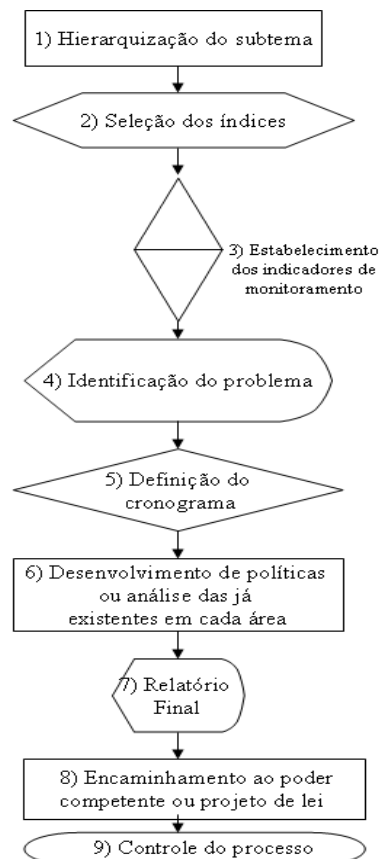
Conforme exposto no *site* do PSC, os cinco eixos propostos (Políticas Educacionais, Sustentabilidade Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Humano e Políticas de Gestão Pública) demandam subtemas específicos, condizente com sua respectiva área temática.

Para tanto, o referido programa elenca como principais atores sociais envolvidos para atuarem na busca pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul (a) todas as Instituições Federativas (Órgãos da União, do Estado e do Município); os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES; as Universidades (Públicas e Privadas) e a Sociedade civil organizada, representada basicamente por entidades de classe, ou seja, as organizações que forma a sociedade.

Nesse sentido, a composição do grupo responsável pelo debate e acompanhamento do desempenho de cada tema deveria ser formada por (a) um Deputado de cada uma das bancadas políticas da Assembleia Legislativa; por (b) cinco representantes de cada uma das áreas de representação do tema escolhido e por (c) até dez representantes de setores produtivos, segmentos sociais, organizações regionais, órgãos governamentais, agências de fomento, organismos técnicos ou instituições financeiras e com vínculo ao respectivo tema.

Para um melhor entendimento de como seria o funcionamento, é exposto a seguir, o fluxograma que engloba desde a escolha até a estrutura de cada subtema que compõe cada um dos cinco macroindicadores – (1) Políticas Educacionais; (2) Sustentabilidade Ambiental; (3) Desenvolvimento econômico; (4) Desenvolvimento humano e (5) Políticas de Gestão Pública – propostos pelo PSC.

Figura 1 – Fluxograma de escolha e debate de cada subtema integrante dos 5 eixos



Fonte: Adaptado pelos autores (2011) do PSC (2008).

Pelo exposto, tanto o processo de escolha como de debate do subtema a ser escolhido passa por uma série de estágios que requerem não apenas dinamismo em sua



prioridade, mas também o acompanhamento de como se apresenta ou demanda a necessidade de diretrizes para o seu correto funcionamento. Nesse sentido, é preciso ressaltar que o próprio processo de discussão a nível político-partidário pode prejudicar o consenso esperado, quando escolhido determinado tema. Desta maneira, buscava-se explicitar a metodologia seguida em cada uma das audiências necessárias para a escolha dos subitens que formaram os macroeixos do PSC, e apontar possíveis falhas nos caminhos escolhidos.

A consolidação das propostas necessitou um aparato econômico representativo aos cofres públicos. Para a realização do Programa com suas 27 assembleias regionais foram gastos R\$750.396,21, assim distribuídos:

Quadro 01 – Descrição despesas Programa Sociedade Convergente

<b>Atividade</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>%</b>
Mídia no lançamento do programa	<b>100.402,41</b>	13,38
Assembleias regionais (nove municípios)	<b>91.754,37</b>	12,23
Assembleia estadual (Porto Alegre)	<b>79.654,00</b>	10,61
Transmissão ao vivo TV das assembleias regionais	<b>90.000,00</b>	11,99
Relatórios, folders e fichas de dados	<b>72.000,00</b>	9,59
Obra sala Fórum Democrático	<b>176.585,43</b>	23,53
Diárias para 23 pessoas	<b>140.000,00</b>	18,66

Fonte: Superintendência de Comunicação Social Assembleia Legislativa RS.

## **6. Considerações sobre a comunicação e o Sociedade Convergente**

O trato com a política, em suas diversas formas e funções, requer uma compreensão antecipada de que sua atuação está longe de um caráter ingênuo e puramente objetivo. Quando recorre-se ao campo da comunicação as chances da política, aquela com ações voltadas ao desenvolvimento coletivo, se direcionar para o espetáculo são potencializadas. Nesta, possível, conturbada atmosfera da comunicação e da política as preocupações sociais e as ações de desenvolvimento podem virar uma roupagem aos interesses privados. Talvez residiu neste ponto o grande dilema do Programa Sociedade Convergente, o que requer uma análise mais acurada.

No entanto, o questionamento de Carvalho (2007) é sugestivo:

A grande questão que se coloca em termos de comunicação hoje, pode ser sintetizada em como construir processos de comunicação voltados a



preocupações sociais, a partir do estabelecimento de diálogos permanentes com a sociedade e como tornar essa questão estratégica para a política? (CARVALHO, 2007, p.308).

Talvez, a resposta prática fosse a realização do Programa Sociedade Convergente. Afinal, toda sua metodologia de atuação pode ser considerada como estratégias de comunicação e de relações públicas. A comunicação no campo midiático esteve presente na campanha publicitária em *outdoors*, *folders*, material de expediente entregue aos participantes e transmissão via TV Assembleia Legislativa do RS (TV a cabo). Neste caso a comunicação atua em apoio ao desenvolvimento e, especificamente ao Sociedade Convergente, a comunicação foi o próprio projeto político, como comprova os gastos da Assembleia citados anteriormente.

Por seu turno, destaca-se a metodologia de atuação do Sociedade Convergente: realização de audiências regionais; presença de especialistas em diversos setores; e a inserção de diferentes atores sociais. Tal prática pode ser vista como um grande programa de relações públicas na função política, o qual tem o respaldo das “vozes” “dos sujeitos sociais envolvidos nos diversos processos coletivos de tomadas de decisão, no sentido de promover novas possibilidades de reconstrução do espaço público por meio de interações sociais orientadas a decisões coletivas” (CARVALHO, 2007, p. 314). O que evidencia uma tentativa de fazer o Programa Sociedade Convergente numa estratégia de comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático.

Segundo, Henriques (2002) “a comunicação adequada à mobilização social é, antes de tudo, dialógica, libertadora e educativa” (p. 20). A comunicação no processo de mobilização social, segundo o autor é dialógica quando não se reduz a uma transmissão de saberes, consistindo no encontro entre os sujeitos; é libertadora quando permite que os sujeitos problematizem e reconheçam uma realidade e juntos encontrem formas de transformá-la. E pedagógica quando permite a interpretação e interação pelos sujeitos promovendo a aprendizagem.

A comunicação, em especial as relações públicas manifestam-se nesse contexto, para mediar essas relações sociais entre emissores, codificadores e receptores de mensagens, com propósitos de obter a participação em determinada ação, por meio da conquista de espaços igualitários de manifestação. E assim, desenvolvem ações estratégicas que aproximam os públicos visados, mobilizam e estimulam a participação



ativa desses públicos e ainda os sensibilizam a colaborar efetivamente das ações propostas como uma forma de inserção social.

### **Referências Bibliográficas**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Programa Sociedade Convergente**. Disponível em: < [http://www.al.rs.gov.br/Eventos/soc\\_convergente/index.asp](http://www.al.rs.gov.br/Eventos/soc_convergente/index.asp)>. Acesso: 12 Mai. 2010

BELTRÁN, Luis Ramiro S. **Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica. Una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años**. A: La iniciativa de la comunicación. Lima: IPAL, 1993.

\_\_\_\_\_. **La comunicación para el desarrollo en latinoamerica: un recuento de medio siglo**. III Congreso Panamericano de la Comunicación. Buenos Aires, Julio, 2005.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito IN: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTILLO. Daniel Prieto. **Comunicación para el desarrollo: entre los irrenunciables ideales y los juegos de poder**. Seminario Comunicación y desarrollo. Encuentros desde la diversidad. Mendoza, 2007.

CARVALHO, Helenice. **Análise das estratégias de comunicação do Orçamento Participativo nas quatro gestões do governo do PT em Porto Alegre - 1989 a 2002**. IN: Revista Redes.com. Sevilla: IECD. Nº 04, 2007. p. 307 – 317.

CÉSAR, Regina Célia Escudero. **As relações públicas frente ao desenvolvimento comunitário**. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, Póscom – Umesp, n. 32, p. 69-88, 2º sem. 1999.

DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. Brasília: Conselho Editorial do *Senado* Federal, 2001

FARIAS, Luiz Alberto de (org.). **Relações Públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus, 2011.

GARCIA, Néelson Jahr. **O Que é Propaganda Ideológica**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

HENRIQUES, Márcio S. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social** (org). Pará de Minas: Gênese, 2002.



KUNSCH, Waldermar Luiz. **Resgate Histórico das Relações Públicas Comunitárias no Brasil**. Disponível em:

<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunidade terceiro setor/0304.pdf>

ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERUZZO, Cicilia Kroling. **Relações Públicas, movimentos populares e transformação social**. Revista Brasileira de Comunicação. Intercom, v. XVI, n. 2, , p. 125- 133, 1993.

SALGADO, Paulo Régis. **Comunicação Organizacional: a ótica das relações públicas governamentais**. IN: FARIAS, Luiz Alberto de (org.). **Relações Públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus, 2011.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SEPLAG. Disponível em:

<<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso: 12 Abr. 2010.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1995.